	Ata de Reunião	
	Assunto: Informações acerca do Núcleo de Cooperação Judiciária, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia.	Data: 05/02/2021
	Redator: Marcela Gonzaga	Local: Sala Virtual do Gabinete da Desembargadora Lisbete
		Hora Início/Fim: 10:10 às 10:43

Integrantes:
Lisbete Maria Teixeira César Santos, Desembargadora Supervisora do NCJ.
Fábio Alexsandro Costa Bastos, Juiz Assessor Especial da Presidência II, Coordenador do NCJ.
Marcela Valverde Gonzaga, Assessora da AEP II e secretária do Grupo;
Tyronne Jesus Araújo Junior, Servidor da AEP II.

DESENVOLVIMENTO DA PAUTA

Aos 05 dias do mês de fevereiro do corrente ano, às 10 horas, em razão de convite da Supervisora deste Núcleo de Cooperação Judiciária, compareceram à sala virtual do gabinete da Desembargadora Lisbete Maria Teixeira César Santos, o Dr. Fábio Alexsandro Costa Bastos e os servidores atuantes no Núcleo de Cooperação Judiciária, instituído por meio do Decreto Judiciário nº 872, de 30 de novembro de 2020, para prestar esclarecimentos acerca do funcionamento e objetivos do NCJ.

Iniciada a reunião, a Supervisora do Núcleo de Cooperação Judiciária, Desembargadora Lisbete Maria Teixeira César Santos, cumprimentou e agradeceu a presença de todos.

Destacou a Desembargadora, que a Cooperação Judiciária não consiste de um ato impositivo, mas sim de ato voluntário do jurisdicionado, razão pela qual o NCJ deverá estimular a cultura da cooperação judiciária. Desta forma, pontuou ser de suma importância que o conceito e as atribuições deste Núcleo sejam levados ao conhecimento dos magistrados de 1º grau. Ato contínuo passou a palavra para o Coordenador, Dr. Fábio Alexsandro Costa Bastos.


Dr. Fábio Alexsandro Costa Bastos, Coordenador do NCJ, salientou que as colocações da Desembargadora Lisbete foram extremamente salutares. Asseverou que a Desembargadora traz uma enorme bagagem axiológica do seu cargo anterior de Corregedora Geral de Justiça, para enriquecer os trabalhos do Núcleo de Cooperação Judiciária. Corroborou que, diferentemente das Corregedorias, o Núcleo de Cooperação não tem a competência impositiva das suas deliberações.

Prosseguiu abordando as inovações trazidas pela Resolução nº 350 do CNJ, dentre as quais destacou que, anteriormente, a figura do Juiz de Cooperação representava integralmente o Núcleo de Cooperação Judiciária, e que, com a nova resolução, houve a descentralização desta figura, uma vez que o art. 7º prevê que a Rede de Cooperação Judiciária é composta pelos Juizes de Cooperação, os Núcleos de Cooperação Judiciária e o Comitê Executivo da Rede Nacional de Cooperação Judiciária.

Com a palavra, a Desembargadora Lisbete salientou que, à primeira vista, os trabalhos de Cooperação Judiciária por todos os Estados da Federação ainda estão muito restritos a demandas de recambiamento de presos e cartas precatórias. Pontuou que os normativos atuais abrangem as competências do Núcleo, sendo necessário dar ampla divulgação dos mesmos aos integrantes do Poder Judiciário Baiano.

Assim, restaram consolidadas as seguintes deliberações:

- Elaborar novo texto para atualizar a página do Núcleo de Cooperação Judiciária – NCJ, no portal do

	Ata de Reunião	
	Assunto: Informações acerca do Núcleo de Cooperação Judiciária, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia.	Data: 05/02/2021
	Redator: Marcela Gonzaga	Local: Sala Virtual do Gabinete da Desembargadora Lisbete
		Hora Início/Fim: 10:10 às 10:43

TJBA, contendo novos normativos e diretrizes, a ser encaminhado e aprovado pela Supervisora e Coordenador;

- Elaborar matéria divulgando a primeira reunião deste Núcleo;
- Elaborar ofício da lavra da Desembargadora Lisbete e do Juiz de Direito Fábio Alexsandro, direcionado aos magistrados de 1º e 2º graus, divulgando o Núcleo de Cooperação Judiciária, prestando informações acerca das suas competências e encaminhando os atos normativos regulamentadores (Artigos do Código de Processo Civil, Resoluções do CNJ e TJBA e Decretos Judiciários), e, também, artigos científicos acerca da matéria;
- Após, solicitar da UNICORP a realização de Seminário Virtual, voltado aos magistrados de 1º grau, com a finalidade de incentivar a Cooperação Judiciária no âmbito deste PJBA. O seminário deverá contar com palestras de magistrados e professores experientes na matéria, como, por exemplo, o Professor Fredie Didier. Foi sugerido que o seminário também conte com a abertura inicial do Presidente do TJBA e do Diretor Geral da UNICORP, a apresentação da Supervisora do NCJ, Desembargadora Lisbete e do Coordenador do NCJ, o Juiz Fábio Alexsandro.

A Desembargadora Lisbete sugeriu, ainda, que o Juiz Assessor Fábio Alexsandro verifique a possibilidade de inclusão dos magistrados Laura Scaldaferrri e Moacyr Pitta Lima nas palestras do aludido Seminário como palestrantes.

Por fim, a Desembargadora Lisbete agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Nada mais havendo a registrar, determinou-se que fosse lavrada a ata desta reunião.

Assim sendo, eu, Marcela Gonzaga, lavrei a presente ata.

Segue link da gravação desta reunião: <https://playback.lifesize.com/#/publicvideo/c4fd9ca2-f67c-4299-83cb-dd327c223dfb?vcpubtoken=6190fc0a-da99-4e2f-bfdf-acad1b8a2345>